

Entre o silenciamento e a resistência: racismo e microagressões na vida acadêmica de mulheres negras

Shayene Ferreira de Jesus¹

Resumo

Este artigo analisa as experiências de mulheres negras no ambiente acadêmico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), investigando como o racismo acadêmico impacta sua permanência, reconhecimento intelectual e bem-estar psíquico. O estudo tem como objetivo compreender as dinâmicas de exclusão e deslegitimação enfrentadas por essas estudantes, evidenciando a persistência de práticas que dificultam sua inserção plena no ensino superior. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e consiste em um estudo de caso baseado nas vivências de 25 mulheres negras, sendo 24 relatos coletados por meio de um questionário estruturado e um relato de experiência pessoal da autora. O questionário incluiu perguntas fechadas para mapear padrões estruturais e uma pergunta aberta para aprofundamento das experiências individuais. Os resultados indicam que a presença de mulheres negras na universidade é constantemente questionada, suas produções acadêmicas são frequentemente descredibilizadas e o impacto do racismo acadêmico se reflete na saúde mental e no sentimento de não pertencimento. Além disso, observa-se uma forte resistência institucional à valorização de epistemologias negras, reforçando a exclusão simbólica e material dessas estudantes. O estudo aponta para a necessidade de mudanças estruturais na universidade, incluindo a revisão de critérios acadêmicos, redistribuição de oportunidades e implementação de políticas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e valorização da produção intelectual negra.

Palavras-Chave: Racismo; Mulheres negras; universidades

1. Introdução

O racismo acadêmico, enquanto tecnologia de poder, perpetua práticas de discriminação racial de forma explícita e velada, moldando as relações de poder nas instituições acadêmicas. Para Mariléa de Almeida (2020), consiste em “uma tecnologia de poder cujas práticas de discriminação racial acontecem de forma velada ou explícita em instituições acadêmicas” (Almeida, 2020, p. 01). Essa dinâmica é tanto estrutural quanto afetiva, manipulando subjetividades e impondo às pessoas negras posições subalternas nos espaços de ensino superior.

Com base no conceito de dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro (2023), compreende-se que o racismo opera para “produzir exclusão e interdição de saberes e subjetividades” (Carneiro, 2023, p. 45), consolidando-se como uma engrenagem que silencia vozes negras e reforça o epistemicídio nas universidades. Essa lógica marginaliza corpos e epistemologias negras, perpetuando o isolamento social e psicológico, dificultando não apenas

¹ Mestranda em comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: shayimprensa@gmail.com

a permanência, mas também o reconhecimento de pessoas negras como agentes ativos na produção de conhecimento.

Ao refletir sobre minha vivência, rememoro um episódio ocorrido durante o meu primeiro evento como mestranda, em uma palestra onde questionei a ausência de pessoas negras no evento e a falta de reconhecimento dessas vozes na academia. Interrompida pelo palestrante, que minimizou minha fala ao relatar suas próprias dificuldades enquanto estudante branco na Alemanha, percebi como o racismo se manifesta ao deslegitimar experiências negras em prol da hegemonia branca.

A situação se agravou quando o palestrante afirmou que "não devemos nada à África", desconsiderando a importância da ancestralidade como um marco identitário e político central para as pessoas negras. Tentando se resguardar, ele apontou para sua leitura da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) como se esta estivesse isenta de questionamentos. No entanto, é imprescindível lembrar que teorias, assim como a própria ciência, não estão livres de vieses e precisam ser constantemente problematizadas. O racismo científico, por exemplo, utilizou-se da legitimação teórica para justificar a caça, a ridicularização e o assassinato de pessoas negras. Como observa Sueli Carneiro, "as práticas de exclusão racial no campo do conhecimento não apenas destituem os sujeitos negros da condição de produtores de saber, mas também os enquadram como objetos de estudo inferiorizados, reforçando uma lógica de desumanização" (Carneiro, 2023, p. 67).

Minha experiência, embora dolorosa, é também uma denúncia da exclusão que permeia os meandros acadêmicos. Contudo, compartilhar essa vivência não foi uma decisão fácil. Ainda faço isso com receio do impacto que esse relato pode ter na minha trajetória acadêmica e pessoal, considerando que "muitas vezes sentimos vergonha de denunciar porque isso fere nosso narcisismo, especialmente quando nos posicionamos como militantes. Como você permitiu que uma pessoa branca fizesse isso com você?" (Almeida, 2020, p. 07).

Essa vergonha e esse medo são parte do que o racismo acadêmico impõe: a dúvida sobre a legitimidade de nossas vivências e a retaliação que pode advir de nossa denúncia. Este artigo, portanto, busca romper com essas barreiras ao expor como o racismo estrutural e institucional afeta não apenas as condições de permanência de mulheres negras na academia, mas também a saúde psíquica e emocional de quem ousa desafiar as estruturas hegemônicas.

O trabalho ao adotar uma abordagem qualitativa e se basear em análise dos relatos de experiência de 25 mulheres negras estudantes da Universidade Federal do Paraná, não busca restringir a luta antirracista à esfera individual, mas sim evidenciar como as dinâmicas estruturais do racismo se reproduzem e se inscrevem nos corpos e subjetividades de pessoas

negras no ambiente acadêmico. Como Nancy Fraser (2007) argumenta, as reivindicações por reconhecimento não podem ser reduzidas a uma valorização meramente identitária, mas devem ser entendidas dentro de um modelo de justiça social que articule reconhecimento e redistribuição. Ao considerar minha experiência, portanto, não se trata de uma narrativa isolada, mas de um reflexo das estruturas excludentes que organizam as instituições acadêmicas e, mais amplamente, o capitalismo racializado.

Além disso, Fraser (2024) argumenta que vivemos sob um capitalismo canibal, capaz de corroer suas próprias bases, como a democracia, o cuidado e os corpos racializados. Nesse cenário, a lógica neoliberal captura até mesmo as lutas por justiça social, convertendo reivindicações legítimas em mercadorias facilmente absorvidas pelo mercado. Isso se manifesta, por exemplo, na forma como a presença de pessoas negras em espaços como a academia ou em produtos midiáticos, a exemplo dos reality shows, é frequentemente instrumentalizada. Assim, a representatividade se torna um simulacro de inclusão, que preserva as estruturas de exclusão ao invés de transformá-las.

No contexto acadêmico, essa contradição se materializa na forma como as universidades, ao mesmo tempo em que adotam discursos de diversidade e inclusão, mantêm suas práticas seletivas, reforçando o epistemicídio – o apagamento e a marginalização do pensamento negro e indígena nos espaços de produção de conhecimento. A colonialidade do saber impõe um enquadramento que nega as subjetividades racializadas enquanto detentoras de conhecimento legítimo. Dessa forma, a experiência relatada neste trabalho não deve ser lida como um caso isolado, mas como um sintoma de um sistema que, ao mesmo tempo em que consome a presença negra para afirmar sua suposta abertura, continua a excluir, deslegitimar e sobrecarregar os corpos negros.

É nesse sentido que a corporeidade se torna um elemento central para compreender as tensões entre reconhecimento e redistribuição. Como sugere a perspectiva do capitalismo canibal, o racismo acadêmico não é apenas um problema de preconceitos interpessoais ou de falta de representatividade, mas um mecanismo de reprodução das hierarquias capitalistas. A mercantilização das identidades negras, por meio de narrativas de superação e excepcionalismo, mascara o fato de que a universidade continua estruturada de forma a excluir e explorar corpos racializados.

A superação dessas contradições exige uma transformação mais profunda, que não se limite a incluir corpos negros nas mesmas estruturas excludentes, mas que questione a própria lógica que sustenta essas exclusões. Isso implica reconhecer que, dentro da coletividade negra,

há subjetividades diversas, e que cada experiência individual carrega elementos estruturais que precisam ser desvelados e combatidos.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral articular memória e experiência como categorias de análise para compreender como o racismo acadêmico se inscreve nos corpos e subjetividades negras, evidenciando sua relação com a estrutura universitária e suas políticas de inclusão. Por objetivos específicos, busca-se: I) identificar as manifestações do racismo acadêmico em suas dimensões estruturais, afetivas e institucionais; II) evidenciar o impacto psicológico e social das microagressões e do epistemicídio na vida acadêmica de mulheres negras; III) fomentar reflexões sobre a necessidade de políticas institucionais que reconheçam e combatam o racismo acadêmico.

Assim, mais do que um relato pessoal, esta reflexão propõe um enfrentamento do epistemicídio e do racismo acadêmico a partir de uma crítica que compreende a relação entre reconhecimento e redistribuição, bem como as formas pelas quais o capitalismo racializado continua a se alimentar dos corpos e saberes negros sem, no entanto, transformar suas bases de opressão.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, estruturando-se como um estudo de caso sobre as experiências de mulheres negras no ambiente acadêmico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para compreender como o racismo acadêmico impacta a permanência, a legitimidade e o bem-estar psíquico dessas estudantes, foram coletados relatos por meio de um questionário estruturado, além de um relato de experiência pessoal da autora, que é mulher negra e estudante do mestrado em Comunicação na UFPR.

O questionário, desenvolvido como ferramenta metodológica para esta pesquisa, teve como objetivo capturar tanto experiências individuais quanto padrões estruturais do racismo acadêmico. Conforme Bastos et al. (2023), o questionário é um instrumento que permite coletar informações sistemáticas sobre variáveis e circunstâncias específicas, sendo útil para compreender dinâmicas institucionais e sociais. O questionário elaborado contou com nove perguntas, sendo oito de múltipla escolha e uma pergunta aberta, permitindo que as participantes compartilhassem relatos detalhados de suas experiências. As questões foram formuladas para abordar diferentes aspectos do racismo acadêmico, como exclusão institucional, descrédito intelectual e impacto na saúde mental.

A opção pela combinação entre questões fechadas e uma questão aberta visou não apenas garantir um mapeamento quantitativo da percepção das estudantes sobre suas experiências, mas também possibilitar uma análise qualitativa aprofundada dos relatos

coletados. Essa metodologia permite capturar tanto a dimensão estatística do problema quanto a subjetividade das experiências, garantindo uma análise crítica sobre o racismo acadêmico.

Os dados foram coletados anonimamente, garantindo que as respondentes pudessem expressar suas experiências sem receio de retaliação ou exposição. A adoção do questionário digital também favoreceu a participação de um público mais amplo, uma vez que, pesquisas realizadas por meio de formulários eletrônicos ampliam o alcance geográfico, além de permitirem maior liberdade e sinceridade nas respostas. (Bastos et al, 2023). A análise dos dados seguiu uma abordagem priorizando a interpretação dos padrões de exclusão e das violências simbólicas e institucionais relatadas pelas estudantes.

A articulação entre os dados coletados e a experiência pessoal da autora visa demonstrar que as barreiras enfrentadas por mulheres negras no meio acadêmico não são episódios isolados, mas estruturas profundamente arraigadas nas dinâmicas institucionais universitárias. Assim, este estudo contribui para a reflexão sobre a necessidade de reformulação das políticas institucionais, garantindo não apenas acesso, mas também condições dignas de permanência para mulheres negras no ensino superior.

3. Contexto geral

Dados recentes apontam um aumento nos registros de crimes raciais no estado do Paraná. Em 2023, houve um crescimento de 15% nas denúncias de crimes de racismo e injúria racial no estado, com 1.800 boletins de ocorrência registrados. No entanto, apenas 52% dessas denúncias resultaram em investigações formais, demonstrando a fragilidade da resposta institucional frente ao problema (Budel, 2023).

O racismo estrutural se manifesta de diferentes formas na UFPR, desde abordagens discriminatórias contra estudantes negros até casos mais explícitos de agressões racistas. Em setembro de 2024, estudantes denunciaram um professor da instituição por racismo e hostilidade em sala de aula. O caso foi encaminhado ao Ministério Público Federal, evidenciando a recorrência desse tipo de prática dentro do ambiente acadêmico (Reis, 2024). Outro episódio ocorreu em 2023, quando um aluno da universidade foi expulso após enviar áudios de cunho racista, homofóbico e de apologia ao nazismo em um grupo de estudos (G1, RPC, 2023). Além desses eventos, há relatos frequentes de estudantes negros sendo abordados de forma discriminatória por seguranças ao tentarem acessar o prédio histórico da UFPR (Fernandes, 2024), expondo as falhas nas políticas de combate ao racismo dentro da instituição.

Tais incidentes indicam que, apesar dos avanços na inclusão de estudantes negros no ensino superior, a permanência e a segurança desses alunos ainda são desafios significativos.

Isso se alinha ao conceito de racismo estrutural abordado por Dennis de Oliveira (2021), que argumenta que a exclusão racial no Brasil não é um fenômeno isolado, mas sim parte de uma estrutura histórica de exclusão e marginalização da população negra. A dificuldade de permanência de estudantes negros no meio acadêmico é um problema de longa data.

Um exemplo a ser pensado é a trajetória relatada por Carneiro (2024), uma das principais intelectuais do movimento negro no Brasil. A filósofa contou em um curso promovido pelo Sesc-SP que iniciou sua pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP), mas desistiu do ambiente acadêmico devido ao racismo que enfrentou. Ao longo dos anos, tornou-se uma figura central nos movimentos sociais, atuando na luta pelos direitos da população negra e das mulheres negras no Brasil. Apenas com o apoio da professora Marilena Chauí, que posteriormente se tornou sua orientadora de doutorado, Sueli Carneiro retornou à universidade e desenvolveu o conceito do dispositivo da racialidade, uma ferramenta teórica essencial para a compreensão das formas como o racismo opera na sociedade brasileira.

A trajetória de Carneiro (2024) explana a necessidade de suporte institucional e de políticas afirmativas robustas para garantir a presença de intelectuais negros no meio acadêmico. Da mesma forma, a implementação limitada das cotas na pós-graduação em comunicação demonstra que o compromisso com a inclusão racial na universidade ainda enfrenta resistências e limitações

Ainda, quando olhamos para o contexto de políticas públicas da UFPR — apesar dos avanços em políticas de ações afirmativas na graduação, a instituição apenas implementou cotas na pós-graduação em comunicação em 2024. No entanto, a política foi limitada às bolsas de estudo e não às vagas, sob a justificativa de que a principal barreira para estudantes negros não seria o ingresso, mas a permanência no programa. Essa decisão reflete um dilema central nas políticas de inclusão racial: a falsa ideia de que a entrada no ensino superior já garante a emancipação dos estudantes negros.

O argumento de que a principal dificuldade dos estudantes negros é a permanência desconsidera o impacto de anos de exclusão do ensino superior e a necessidade de reparação histórica por meio de políticas mais abrangentes. Além disso, ao restringir a política de cotas às bolsas, a universidade mantém um viés meritocrático que ignora desigualdades estruturais. Essa abordagem pode ser interpretada como uma estratégia de legitimação simbólica da diversidade, sem, de fato, promover uma mudança significativa na composição do corpo discente e na democratização do espaço acadêmico.

A realidade que se desenha no cotidiano universitário vai além da simbologia. A experiência vivida por estudantes negros na UFPR, incluindo a minha própria, evidencia que

os desafios da permanência não estão apenas na dimensão financeira, mas também na violência simbólica e institucional que marca a trajetória de alunos racializados. Os episódios de discriminação, mostram que não se trata apenas de conseguir recursos para se manter na universidade, mas de resistir a um ambiente que constantemente questiona a nossa legitimidade nesses espaços.

Minha experiência não é única dentro da UFPR. Trata-se apenas de uma narrativa que conseguiu escapar dos muros do silêncio que muitas vezes cercam essas vivências. O racismo acadêmico opera de maneira a individualizar as violências sofridas pelos estudantes negros, como se fossem episódios isolados, e não parte de uma estrutura historicamente consolidada. No entanto, a recorrência dos casos, somada à ausência de respostas institucionais contundentes, demonstra que há um padrão de exclusão e desvalorização da presença negra na universidade.

Outrossim, para evitar um enfoque excessivamente centrado na individualidade e ampliar a base empírica da discussão, foi realizada uma pesquisa exploratória com mulheres negras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a fim de reunir um conjunto mais amplo de relatos e evidenciar padrões estruturais que atravessam a experiência acadêmica desse grupo.

O questionário contou com 24 participantes, sendo 15 estudantes de graduação, 6 de pós-graduação e 3 formadas. A diversidade dos perfis contribuiu para mapear como o racismo acadêmico se manifesta em diferentes fases da trajetória universitária. Entre as perguntas formuladas, uma das mais significativas abordava a questão do sentimento de deslegitimação e questionamento da presença de mulheres negras na universidade. Os resultados foram expressivos: 50% afirmou se sentir deslegitimada ocasionalmente, e 33,3% frequentemente.

Esses números reforçam que a sensação de deslocamento e a necessidade constante de reafirmação da legitimidade no espaço acadêmico não são eventos isolados, mas uma realidade recorrente entre as mulheres negras na UFPR. Esse dado dialoga com a noção de reconhecimento como status, que aponta que a ausência de paridade de participação não é apenas um problema de representatividade, mas uma estrutura que limita o pleno pertencimento de grupos marginalizados.

Entre as 24 participantes da pesquisa, 79,2% identificaram a falta de representatividade negra entre docentes e pesquisadores como uma das principais formas de racismo acadêmico. Esse dado reforça a marginalização estrutural da presença negra na universidade, onde há um esforço para a inclusão estudantil, mas a produção e o reconhecimento do conhecimento negro continuam sendo limitados. Além disso, 50% das entrevistadas relataram que já tiveram sua capacidade intelectual questionada por professores ou colegas, evidenciando que, para muitas

mulheres negras, a universidade se torna um espaço de constante necessidade de reafirmação de competência e excelência para que sejam minimamente aceitas.

Outro dado relevante é que 54,2% das participantes identificaram a desvalorização de temas e metodologias de pesquisa relacionadas à população negra como uma prática recorrente. Esse fenômeno dialoga diretamente com o conceito de epistemicídio, que descreve a marginalização sistemática de saberes não hegemônicos dentro das instituições acadêmicas. Esse apagamento do conhecimento negro é complementado pelas microagressões que se manifestam no cotidiano universitário: 45,8% das participantes já ouviram comentários racistas disfarçados de brincadeira, como piadas, ironias e elogios racializados, e 41,7% relataram experiências de isolamento ou exclusão em grupos de estudo, projetos ou eventos acadêmicos, evidenciando que, além das barreiras institucionais, há também barreiras interpessoais que dificultam a integração das mulheres negras na vida acadêmica. Somado a isso, 25% das entrevistadas indicaram dificuldades para acessar bolsas, estágios e oportunidades acadêmicas, revelando que a desigualdade racial na universidade também se manifesta na distribuição de recursos e suporte financeiro.

Ainda, a vivência universitária para esse grupo é atravessada por experiências de exclusão, descrédito acadêmico e impactos negativos na saúde mental. Esses relatos evidenciam como o racismo estrutural se manifesta no ambiente acadêmico, desqualificando a produção intelectual dessas estudantes, minando seu sentimento de pertencimento e reforçando dispositivos de racialidade que perpetuam sua marginalização.

A pesquisa indicou que 62,5% das entrevistadas tiveram sua produção acadêmica ou falas desacreditadas por serem mulheres negras, enquanto 33,3% relataram que essa experiência ocorreu algumas vezes. Esse dado aponta para um padrão sistemático de deslegitimação, que remete à noção de epistemicídio elaborada por Sueli Carneiro (2023). O epistemicídio ocorre quando os saberes produzidos por grupos historicamente marginalizados são desqualificados ou ignorados pelas instituições que validam o conhecimento hegemônico. Nesse contexto, as mulheres negras enfrentam não apenas a ausência de reconhecimento, mas uma ativa desvalorização de suas contribuições acadêmicas, sendo frequentemente questionadas em sua capacidade intelectual.

Além do descrédito acadêmico, a pesquisa revelou que o pertencimento dessas mulheres à universidade é profundamente comprometido. Apenas 8,3% afirmam se sentir confortáveis e acolhidas, enquanto 45,8% se sentem confortáveis apenas em alguns momentos e 41,7% frequentemente se sentem deslocadas e questionadas. Esses números sugerem que, para muitas estudantes negras, o espaço universitário não é um lugar de segurança e pertencimento, mas de

constante vigilância e deslegitimação. Essa dinâmica se conecta ao que Nancy Fraser (2022) identifica como um falso reconhecimento, em que a diversidade racial é superficialmente celebrada, mas sem uma efetiva redistribuição de recursos e sem o desmonte das estruturas de poder que sustentam a exclusão.

A dimensão emocional dessa exclusão também se expressa nos dados sobre saúde mental. Para 29,2% das entrevistadas, o ambiente acadêmico tem um impacto muito negativo na sua saúde mental, e para 50%, esse impacto ocorre em alguns momentos. O sofrimento psíquico dessas estudantes não pode ser analisado apenas de maneira individualizada, mas sim como um reflexo das pressões estruturais que as atravessam. A ausência de reconhecimento acadêmico, a sub-representação negra entre docentes e a falta de mecanismos institucionais de suporte geram um cenário de exaustão e adoecimento. Carneiro (2023) aponta que a racialização dos corpos negros dentro das instituições se dá pela interdição de sua presença enquanto sujeitos epistêmicos legítimos, reforçando a experiência do isolamento e do sentimento de não pertencimento.

Na última pergunta foi deixado um campo aberto para que as participantes pudessem relatar experiências, caso desejassem. O conjunto de relatos apresentados por estudantes negras da UFPR evidencia as múltiplas dimensões do racismo acadêmico, manifestando-se tanto no nível estrutural quanto no nível interpessoal. As experiências descritas revelam um ambiente que, apesar de discursivamente plural e comprometido com a diversidade, ainda reproduz violências simbólicas, desvalorização epistêmica e barreiras institucionais que dificultam o pertencimento e a permanência de mulheres negras no ensino superior. Esses elementos dialogam diretamente com o conceito de racismo estrutural, conforme discutido por Dennis de Oliveira e Sueli Carneiro, que destacam a forma como as instituições perpetuam desigualdades ao estabelecer critérios normativos que deslegitimam o pensamento negro e reproduzem hierarquias raciais.

Um dos aspectos mais evidentes nos relatos é a invisibilização do pensamento negro e o eurocentrismo acadêmico. A estudante 1, por exemplo, relata a dificuldade em inserir autores não hegemônicos na sua pesquisa, sendo obrigada a incluir teóricos que não considera relevantes apenas para atender tais exigências. O mesmo dilema aparece no depoimento da estudante 10, que expressa angústia em relação à aceitação da escrivência de Conceição Evaristo como metodologia legítima em sua pesquisa. Essa resistência demonstra um extrativismo epistêmico no qual o conhecimento negro é marginalizado ou aceito apenas quando mediado por referenciais eurocêntricos, reforçando o papel da academia como espaço que reproduz desigualdades e exclui epistemologias não hegemônicas. O racismo acadêmico,

assim, se manifesta na limitação da diversidade teórica e na imposição de um cânone branco e masculino, que exclui outras formas de produção do saber.

O racismo institucional também se manifesta na forma como o pertencimento e a legitimidade de mulheres negras são constantemente questionados no espaço acadêmico. A estudante 9 relata que, logo no início de sua pós-graduação em Direito, foi abordada na portaria e questionada sobre sua presença no local, episódio que ocorreu até mesmo na presença de sua orientadora. Esse tipo de desconfiança sobre a presença de corpos negros em espaços elitizados revela como as universidades operam sob um mecanismo de exclusão velada, onde a permanência de estudantes negras é frequentemente condicionada a uma necessidade de constante prova de competência.

Quando fui fazer meu mestrado, passei por 5 orientadores. Os primeiros 4 queriam por toda lei mudar meu tema que era racial, sou professora, e queriam mudá-lo para educacional, sem racializar. Fui encontrar uma dessas orientadoras na sala dela. Ela chegou, me viu, disse oi e que estava esperando sua orientanda. Me olhou novamente e pediu para eu lhe servir um café. Levantei, não servi o café e saí (Jesus, 2025).

A estudante 8, ao relatar que foi confundida com uma funcionária e recebeu a ordem de servir café para uma professora, expõe uma lógica de naturalização da servidão negra, onde mulheres negras são automaticamente associadas ao trabalho doméstico e não ao papel de pesquisadoras e produtoras de conhecimento. Essa mesma deslegitimação aparece no caso da estudante 7, que testemunhou um professor afirmando que a escolha de uma aluna negra para um intercâmbio acadêmico só ocorreu porque "agora está na moda colocar negros em tudo", invalidando sua competência e reduzindo sua conquista a uma concessão institucional baseada em políticas de diversidade. Esse discurso não apenas reforça a ideia de que mulheres negras não pertencem a esses espaços, mas também atua como um dispositivo de controle simbólico que busca manter o caráter excludente da universidade.

Acho que pelo fato de ter a pele mais clara não tive experiências de sofrimento tão frequentes quanto outras colegas, mas quando comecei a refletir para responder ao questionário me veio em mente um dia no qual estava usando uma camiseta com o rosto de uma pensadora negra e uma professora me disse "ela me faz lembrar a mulher que trabalhou na minha casa". Sinto que ela falou de forma inocente, trouxe para a conversa o carinho que ela sentia pela mulher e pela história dela, ela simplesmente não pensou antes de falar. Isso me gerou um incômodo grande naquele momento, pois tenho certeza que esse comentário não seria feito se eu estivesse usando uma camiseta com o rosto de uma pensadora branca. Tendo em vista a pesquisa acadêmica sinto que alguns professores ainda tem uma resistência enorme em utilizar metodologias e teóricos que não sejam do cânone. A bibliografia mais importante é sempre aquela escrita em inglês, mesmo quando o tema do trabalho traz uma realidade predominantemente latino-americana. Apesar da tentativa de diversificar a minha bibliografia, sinto que preciso "entubar" alguns autores que não queria citar só para agradar professores que afirmam que "fulano é importante" (Jesus, 2025).

A violência simbólica e as microgressões são outro elemento presente nos relatos, refletindo a persistência de um ambiente hostil para estudantes negras. A estudante 1, por exemplo, compartilha a experiência de ouvir de uma professora que a pensadora negra

estampada em sua camiseta lembrava uma empregada doméstica que trabalhou em sua casa. Esse tipo de comentário, apesar de proferido de forma aparentemente inocente, carrega uma forte carga de desumanização e inferiorização, reforçando a imagem da mulher negra como corpo subordinado e deslocado do campo intelectual. A estudante 3, por sua vez, narra um episódio de humilhação em sala de aula, quando contestou a análise de uma professora sobre Carolina de Jesus e foi publicamente deslegitimada, tratada como ignorante e incapaz de compreensão. Esse episódio não apenas reforça o silenciamento de vozes negras dentro da academia, mas também revela como o conhecimento produzido por intelectuais negros, especialmente mulheres, continua sendo tratado com desconfiança e inferiorização.

Além disso, o relato da estudante 5 evidencia a tentativa recorrente de despolitizar as discussões raciais dentro da universidade. Comentários como "você fala demais sobre racismo" ou "precisa parar de ser emocionada e de mimimi" apresentam uma estratégia de desqualificação do debate racial, que busca enquadrar as questões raciais como secundárias ou irrelevantes dentro de um ambiente que ainda se reivindica neutro e universalista. No entanto, essa suposta neutralidade é, na verdade, um mecanismo de manutenção do status quo, que invalida a experiência negra e reforça a supremacia dos referenciais brancos na produção de conhecimento.

A desigualdade racial no ambiente acadêmico não se restringe à dimensão do reconhecimento simbólico, mas também possui implicações diretas na permanência e no acesso a oportunidades. A estudante 2 relata que, durante sua graduação, enfrentou dificuldades para se inserir em grupos de estudo e frequentemente precisou realizar trabalhos acadêmicos sozinha, enquanto sua colega branca, de idade semelhante, foi rapidamente integrada. Essa dinâmica evidencia como o isolamento e a exclusão social dentro da universidade operam de maneira racializada, afetando diretamente o desempenho e a experiência acadêmica de mulheres negras. A estudante 6 complementa essa análise ao afirmar que o desconforto na universidade é mais relacionado à classe do que à raça, destacando como a elitização da academia impõe barreiras socioeconômicas para estudantes negras de origem periférica. No entanto, essa questão não pode ser dissociada da racialização da pobreza no Brasil, onde a população negra continua sendo a mais afetada pelas desigualdades estruturais.

4. Relato de experiência

O episódio relatado ocorreu durante uma palestra sobre a teoria do reconhecimento, em um ambiente acadêmico que, idealmente, deveria ser propício ao debate de ideias e à pluralidade de experiências. No entanto, tornou-se uma demonstração de como o racismo opera de forma sutil, porém contundente, nesses espaços. Durante a apresentação, uma participante

argumentou que a vitória de um participante negro em um reality show não representava um avanço real para a população negra. O argumento baseava-se em um comentário de Instagram, no qual um estudante questionava, em tom de deboche: “Quanto os amigos negros haviam ganhado com a vitória de David?”. Essa base argumentativa não apenas desvalorizou a conquista simbólica, mas também demonstrava um desprezo pelas vivências e perspectivas negras.

Ao questionar quem, naquele espaço, tinha legitimidade para discutir os significados dessa vitória, percebi que apenas três pessoas negras estavam presentes. Esse dado foi crucial para refletir sobre o conceito de reconhecimento e sobre quem, na academia, tem espaço e autoridade para falar sobre questões raciais. No entanto, antes mesmo de concluir minha fala, fui interrompida pelo palestrante, que minimizou a relevância da representatividade ao afirmar que todos enfrentam dificuldades, citando suas próprias experiências como estudante branco na Alemanha, “A reação da branquitude é quase imediata: tenta desqualificar o discurso, deslegitimando a exposição do racismo” (Fernandes, 2019). Essa comparação trivializa as vivências de opressão racial, ignorando o que bell hooks (1995) descreve como a diferença fundamental entre desafios individuais e a opressão estrutural que molda a experiência de pessoas negras.

Naquele momento, minha presença foi reduzida a um incômodo, e não a uma voz legítima, uma sensação que, infelizmente, ainda me acompanha. Cada evento em meu programa de pós-graduação carrega o peso dessa experiência. O medo me invade, lembrando o que vivi; a boca seca, o arrepio e o desconforto tornam-se constantes quando estou entre meus pares em rodas de discussão, refletindo o impacto psíquico do racismo acadêmico. E uma dúvida me acompanha: será que as pessoas brancas que provocaram essa situação sentem o mesmo que eu? Será que lembram daquela palestra?

A reunião posterior com o grupo de pesquisa apenas reforçou a dinâmica de revitimização. Em vez de ser um espaço de apoio, fui criticada por não assumir o papel de mestranda, que, na prática, parecia significar aceitar as normas brancas da academia e silenciar diante de microagressões. Para hooks (1995) essa cobrança considera como o fardo do ajustamento, no qual mulheres negras são pressionadas a se conformar a padrões que negam sua subjetividade para serem aceitas em espaços elitizados. “A formação acadêmica, ao abrir possibilidades de disputa de espaços e narrativas com a branquitude, coloca as mulheres negras sob formas de violências silenciadas e até mesmo naturalizadas” (Almeida, 2020, p. 8).

Essa violência silenciada opera tanto no nível institucional quanto no afetivo. Almeida (2020) destaca que “os afetos mobilizam nossos gestos, ações e pensamentos” (p. 10), criando

barreiras invisíveis, mas extremamente poderosas, que dificultam a permanência de pessoas negras na academia. A exigência de que eu ‘dominasse a teoria’ antes de criticar exemplifica como o racismo acadêmico utiliza ferramentas meritocráticas para deslegitimar vozes negras. Mesmo ao trazer a teoria crítica racial como fundamento, minha contribuição foi desvalorizada em comparação com a perspectiva frankfurtiana, considerada a única válida no contexto. Essa hierarquização, como aponta Carneiro (2023), reflete o epistemicídio, que sistematicamente nega a validade dos saberes da população negra e marginaliza suas contribuições, inclusive em campos como o da comunicação.

Outra dimensão sobre o silêncio diz respeito às relações de poder que atravessam as práticas institucionais. O fato é que o/a professor/a de hoje pode transformar-se em orientador/a, depois integrante da banca de concurso ou avaliador/a de projetos e, por fim, em colega de departamento. A denúncia pode colocar em risco uma trajetória profissional. Assim por meio de sua autopreservação a branquitude naturaliza sua hiper representação nos espaços acadêmicos (Almeida, 2020, p. 08).

A marginalização que vivi em minha própria pesquisa, combinada com a violência simbólica, exemplifica como a academia estrutura sua hierarquia em torno da hegemonia branca, relegando as experiências negras a um espaço de invisibilidade e subalternidade. Como observa Mariléa de Almeida (2020), o silêncio, nesse contexto, não é apenas a ausência de incômodo, mas uma ferramenta de como manejar esse incômodo, funcionando como uma estratégia para manter a estrutura acadêmica intacta enquanto protege os indivíduos que se beneficiam dela.

Para as mulheres negras, esse silêncio imposto é ainda mais doloroso pois rememora a solidão da mulher negra. O espaço acadêmico, que deveria ser um lugar de realização, transforma-se em um campo de sobrevivência, onde nossa presença é constantemente questionada e nossos saberes são desvalorizados, uma vez que:

Considerando os efeitos do racismo sobre o acesso à educação formal, carreiras acadêmicas e profissões intelectuais, os sujeitos negros foram e são excluídos dos espaços hegemônicos de poder e conhecimento, bem como da norma epistemológica da branquitude eurocêntrica (Furtado, 2019, p. 213).

O sofrimento psíquico que experimentei durante o primeiro ano de mestrado foi o reflexo direto de estar inserida em uma estrutura que rejeita minhas raízes, ignora o valor do meu ponto de vista e reforça a sensação de inadequação. Eu chorei e ainda me entristeço todas as vezes que penso nesse episódio, não conseguia mais falar em público, e por mais de uma semana tive ataques de pânico todas as vezes que entrava na sala de aula.

Diante dessas dificuldades, cogitei desistir e migrar para um programa de pós-graduação voltado exclusivamente para relações étnico-raciais, onde as discussões sobre racismo estivessem mais avançadas e minha presença fosse mais acolhida. Contudo, optei por um

caminho diferente: permanecer no campo da Comunicação e trabalhar para torná-lo mais antirracista. É necessário avançar no debate racial em todos os campos acadêmicos, pois o racismo não deve ser um tema restrito a pessoas negras ou a programas especializados. Esse lugar também é meu, e a Comunicação é a minha escolha. Ela terá que refletir e abarcar minhas experiências e vivências, tornando-se, assim, um espaço onde minhas contribuições possam ser validadas e onde a pluralidade de vozes seja finalmente reconhecida.

4.1 O falso reconhecimento e redistribuição

A crítica de Fraser (2024) ao multiculturalismo neoliberal reside na noção de que políticas de reconhecimento, quando descoladas da questão econômica, podem reforçar desigualdades ao invés de combatê-las. Segundo a autora, há uma tendência de reduzir a justiça social a um processo de valorização de identidades, sem questionar as condições estruturais que determinam a desigualdade.

Essa abordagem cria um falso reconhecimento, no qual grupos marginalizados são simbolicamente incluídos sem que haja uma redistribuição efetiva de poder e recursos. No caso das universidades, esse falso reconhecimento se manifesta na maneira como a presença de indivíduos negros é frequentemente instrumentalizada para reforçar a imagem de uma instituição inclusiva, sem que as estruturas acadêmicas sejam realmente transformadas. Programas de diversidade podem ampliar a presença de pessoas negras em cursos de graduação e pós-graduação, mas, se essas iniciativas não forem acompanhadas de mudanças na distribuição de recursos, na composição do corpo docente e nas práticas institucionais de produção do conhecimento, essa presença se dá de maneira precarizada, reforçando desigualdades em vez de mitigá-las.

Para Fraser (2007), o debate sobre justiça social precisa ir além da simples valorização de identidades e incluir uma análise das condições materiais que sustentam as desigualdades. Para compreender como a estrutura universitária perpetua o racismo, mesmo quando promove discursos de diversidade e inclusão, é fundamental recorrer ao modelo de status, proposto pela autora, que desloca a questão do reconhecimento de uma valorização identitária para um problema de participação paritária nas instituições sociais.

O modelo de status permite entender que o racismo acadêmico não pode ser combatido apenas por meio de um aumento na visibilidade de corpos negros. O verdadeiro problema não é a falta de reconhecimento no sentido de uma não valorização da identidade negra, mas sim a impossibilidade de que sujeitos racializados ocupem o espaço acadêmico em condições de igualdade. A exclusão racial na universidade não se dá apenas pela ausência de estudantes e

professores negros, mas também pela forma como aqueles que conseguem ingressar nesse espaço são submetidos a um sistema que os deslegitima epistemologicamente e os sobrecarrega emocional e materialmente.

A lógica do reconhecimento sem redistribuição não apenas falha em combater o racismo, como pode reforçá-lo ao transformar a presença negra em uma mercadoria simbólica. Esse mecanismo pode ser observado não apenas na academia, mas também na indústria cultural, onde a presença negra é frequentemente celebrada sem que haja uma transformação real das condições materiais que sustentam a exclusão racial. A vitória de uma pessoa negra em um reality show, por exemplo, pode ser apresentada como um marco da superação do racismo, quando, na verdade, trata-se da mercantilização da experiência negra dentro de um sistema que continua a marginalizar a coletividade racializada.

Essa instrumentalização do reconhecimento tem implicações profundas para a luta antirracista. Quando a presença negra é cooptada por um discurso neoliberal de meritocracia e superação individual, perde-se de vista a necessidade de uma transformação estrutural que questiona as bases da exclusão racial. Como Fraser (2007) alerta, o reconhecimento desprovido de redistribuição pode servir para legitimar desigualdades ao invés de combatê-las, criando a ilusão de progresso enquanto a estrutura de poder permanece inalterada. Se o racismo acadêmico não é apenas um problema de visibilidade, mas sim um mecanismo estrutural de exclusão, então sua superação não pode se limitar a políticas de reconhecimento simbólico. Como aponta a autora, a verdadeira justiça social requer a articulação entre reconhecimento e redistribuição, pois as desigualdades de status estão profundamente interligadas às desigualdades materiais.

Para que a presença negra na universidade não se reduza a um reconhecimento simbólico e precarizado, mas se traduza em condições concretas de participação plena, é necessário um conjunto de mudanças estruturais que articulem reconhecimento e redistribuição. Isso implica, primeiramente, uma revisão dos critérios de avaliação acadêmica, que frequentemente desvalorizam abordagens teóricas e metodológicas decoloniais, reforçando a hegemonia de um conhecimento branco e ocidentalizado enquanto parâmetro universal de legitimidade científica.

Além disso, a redistribuição de recursos se faz essencial, exigindo uma revisão das políticas de bolsas e financiamentos para garantir que estudantes negros tenham as mesmas oportunidades que seus colegas brancos, superando as barreiras materiais que dificultam sua permanência na academia. Outra dimensão fundamental é a ampliação da diversidade no corpo docente, para que a produção do conhecimento reflita uma pluralidade de perspectivas e

epistemologias, quebrando o monopólio da intelectualidade branca e promovendo um ambiente acadêmico que realmente contemple diferentes formas de saber.

A transformação das universidades exige também a reformulação de suas estruturas institucionais, assegurando que o conhecimento produzido por pesquisadores negros tenha o mesmo reconhecimento acadêmico que outras formas de produção intelectual, combatendo assim o epistemicídio e permitindo que a universidade cumpra seu papel de espaço democrático e plural na construção do conhecimento.

5. Conclusões

As experiências relatadas expõe as diversas camadas de racismo que permeiam a academia, evidenciando como mulheres negras são frequentemente relegadas a papéis de subalternidade e submetidas a dinâmicas de silenciamento e epistemicídio. Para enfrentar essas dinâmicas, é essencial que as instituições acadêmicas reconheçam o racismo estrutural em suas práticas e adotem políticas que tratem as discriminações não como eventos isolados, mas como manifestações de uma estrutura que precisa ser transformada.

O mestrado sempre foi o meu sonho. Sou a primeira de três gerações de mulheres pretas a ingressar na universidade, e, para mim, a educação representa a emancipação dessa família de mulheres negras. No entanto, essa felicidade foi tomada no momento em que me foi imposto a normativa hegemônica do papel de mestrandas, uma exigência de conformidade às normas weberianas que exemplifica como o racismo estrutural e as microagressões moldam as relações de mulheres negras nos espaços acadêmicos

A resistência a essas imposições, embora dolorosa, é também um ato de reivindicação do direito à presença e ao saber negro na academia. Questionar as bases que sustentam a exclusão é fundamental para promover a construção de um espaço mais inclusivo e representativo. Este trabalho busca, assim, dar voz a essas vivências, ressaltando a urgência de reconhecer e valorizar a produção intelectual negra como uma contribuição indispensável à transformação acadêmica.

Reconheço que há um longo caminho pela frente. Durante o sofrimento que vivenciei, reimaginei inúmeras vezes um espaço onde fosse acolhida, vista e amada pelos meus pares, onde meu grupo me oferecesse apoio genuíno. No entanto, como observa Almeida (2020): "Para nós, pessoas negras, a tarefa é lutar contra a sedução do branqueamento acadêmico e o desejo de ser reconhecido nos termos de uma racionalidade colonizadora, violenta e competitiva" (Almeida, 2020, p. 07). Não preciso da legitimação da branquitude para existir. Minha escrita é, por si só, a minha legitimação.

Referências

- ALMEIDA, Mariléa de. **Corporeidades negras em risco: o racismo acadêmico e seus afetos**. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 25, p. 43-50, 2020.
- BASTOS, Jennifer Ester de Sousa; SOUSA, Julia Maria de Jesus; SILVA, Pollyana Mattias Narciso da; AQUINO, Rafael Lemes de. **O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636>.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade**. Curso ministrado no Sesc-SP. Plataforma EAD Sesc Digital, 2024. Disponível em: https://ead.sesc.digital/cursos/course-v1:sescsaopaulo+c022+2024_dispositivo/sobre. Acesso em 03 de jan. de 2025.
- FERNANDES, Mayala. **Estudantes negros relatam abordagens discriminatórias na UFPR**. Brasil de Fato PR, Curitiba, 13 dez. 2024. Disponível em: <https://brasildefatopr.com.br/2024/12/13/estudantes-negros-relatam-abordagens-discriminatorias-na-ufpr>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- FRASER, Nancy. **Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista"**. Tradução de Ana Cláudia Lopes e Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.
- FERNANDES, Pablo Moreno. "É a representação da miscigenação parem de problematizar": o racismo na circulação midiática da campanha de natal Chester Perdigão. In: FURTADO, Lucianna. ANTUNES, Elton. "Feminismo das pretas": tensões, conflitos e negociações nas enunciações do rap. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). Vozes Negras em Comunicação. 1. ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2019. p. 209-230.
- JESUS, Shayene Ferreira de. **Experiências de racismo acadêmico**. Dados obtidos por questionário aplicado pelo autor. Curitiba, 2025. (Material não publicado).
- G1 PR; RPC. **UFPR expulsa aluno que enviou áudios de cunho racista, homofóbico e de apologia ao nazismo em grupo de estudos**. G1, Curitiba, 29 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/09/29/ufpr-expulsa-aluno-que-enviou-audios-de-cunho-racista-homofobico-e-de-apologia-ao-nazismo-em-grupo-de-estudos.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 1995.
- REIS, Aline. **Estudantes acusam professor da UFPR racismo e alegam hostilidade em sala de aula**. Plural Curitiba, 30 set. 2024. Disponível em: <https://plural.jor.br/noticias/vizinhanca/estudantes-acusam-professor-da-ufpr-racismo-e-alegam-hostilidade-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Entre el silenciamiento y la resistencia: racismo y microagresiones en la vida académica de las mujeres negras

Resumen



Este artículo analiza las experiencias de mujeres negras en el entorno académico de la Universidad Federal de Paraná (UFPR), investigando cómo el racismo académico impacta su permanencia, reconocimiento intelectual y bienestar psíquico. El estudio tiene como objetivo comprender las dinámicas de exclusión y deslegitimación que enfrentan estas estudiantes, evidenciando la persistencia de prácticas que dificultan su plena inserción en la educación superior. La investigación adopta un enfoque cualitativo y consiste en un estudio de caso basado en las vivencias de 25 mujeres negras, con 24 relatos recopilados mediante un cuestionario estructurado y un relato de experiencia personal de la autora. El cuestionario incluyó preguntas cerradas para mapear patrones estructurales y una pregunta abierta para profundizar en las experiencias individuales. Los resultados indican que la presencia de mujeres negras en la universidad es constantemente cuestionada, sus producciones académicas son frecuentemente deslegitimadas y el impacto del racismo académico se refleja en la salud mental y en el sentimiento de no pertenencia. Además, se observa una fuerte resistencia institucional a la valorización de epistemologías negras, reforzando la exclusión simbólica y material de estas estudiantes. El estudio señala la necesidad de cambios estructurales en la universidad, incluyendo la revisión de criterios académicos, la redistribución de oportunidades y la implementación de políticas que garanticen no solo el acceso, sino también la permanencia y valorización de la producción intelectual negra.

Palabras clave: Racismo; Mujeres negras; Universidades

Between Silence and Resistance: Racism and Microaggressions in the Academic Life of Black Women

Abstract

This article analyzes the experiences of Black women in the academic environment of the Federal University of Paraná (UFPR), investigating how academic racism impacts their permanence, intellectual recognition, and psychological well-being. The study aims to understand the dynamics of exclusion and delegitimation faced by these students, highlighting the persistence of practices that hinder their full integration into higher education. The research adopts a qualitative approach and consists of a case study based on the experiences of 25 Black women, with 24 narratives collected through a structured questionnaire and one personal experience report from the author. The questionnaire included closed-ended questions to map structural patterns and an open-ended question to deepen the understanding of individual experiences. The results indicate that the presence of Black women in the university is constantly questioned, their academic productions are frequently discredited, and the impact of academic racism is reflected in mental health issues and a sense of non-belonging. Additionally, there is strong institutional resistance to valuing Black epistemologies, reinforcing both symbolic and material exclusion of these students. The study highlights the need for structural changes in universities, including the revision of academic criteria, redistribution of opportunities, and implementation of policies that ensure not only access but also the permanence and recognition of Black intellectual production.

Keywords: Racism; Black women; Universities

Entre le silence et la résistance : racisme et microagressions dans la vie académique des femmes noires

Résumé

Cet article analyse les expériences des femmes noires dans l'environnement académique de l'Université Fédérale du Paraná (UFPR), en examinant comment le racisme académique affecte leur permanence, leur reconnaissance intellectuelle et leur bien-être psychologique. L'étude vise à comprendre les dynamiques d'exclusion et de délégitimation auxquelles ces étudiantes sont confrontées, mettant en évidence la persistance de pratiques qui entravent leur pleine intégration dans l'enseignement supérieur. La recherche adopte une approche qualitative et repose sur une étude de cas basée sur les expériences de 25 femmes noires, dont 24 récits recueillis via un questionnaire structuré et un témoignage personnel de l'auteure. Le questionnaire comprenait des questions fermées permettant de cartographier les schémas structurels et une question ouverte pour approfondir les expériences individuelles. Les résultats indiquent que la présence des femmes noires à l'université est constamment remise en question, que leurs productions académiques sont fréquemment discréditées et que l'impact du racisme académique se reflète sur leur santé mentale ainsi que sur un sentiment de non-appartenance.

En outre, une forte résistance institutionnelle à la valorisation des épistémologies noires est observée, renforçant ainsi l'exclusion symbolique et matérielle de ces étudiantes. L'étude souligne la nécessité de changements structurels à l'université, notamment la révision des critères académiques, la redistribution des opportunités et la mise en place de politiques garantissant non seulement l'accès, mais aussi la permanence et la valorisation de la production intellectuelle noire.

Mots-clés : Racisme ; Femmes noires ; Universités